



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Conforme Portaria nº 342/2014 – GP

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 10/2015 – CMDU

Aos vinte e nove de outubro do ano de dois mil e quinze, os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Guarulhos, reuniram-se no auditório do Adamastor Centro, situado na Av. Monteiro Lobato, n. 734 – Macedo, a saber:*****

Os membros: Cristiane Costrov da Silva Miras (Titular do SAAE), Esther Angra Magalhães (Suplente da SDE), Eduardo Henrique Martins (Titular da Entidade Empresarial), Flávio Geradine Naressi (Titular das Entidades de Classe), Gilmar Antônio dos Santos (Suplente do Movimento Popular), Ivalto José de Araújo (Suplente da Cooperativa Habitacional), Julio Soto Saaveda (Titular da Entidade Ambiental), Marinéia Lazzari Chiovato (Titular da SH), Paulo Carvalho (Titular da SDU), Plínio Soares dos Santos (Suplente da SDU), Roberto dos Santos Moreno (Suplente da Entidade de Profissionais), se reuniram para a décima reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, conforme pauta a seguir: 1. Informes; 2. Revisão Código de Obras; 3. Portaria Ministerial 957/GC3 – Proteção Aeródromos; 4. Revisão do Plano Diretor *****

A presente reunião ordinária iniciou-se às nove horas e trinta minutos, com a presença dos membros supracitados e dos convidados: Ana Rosa Metram, Aparecida de Fátima P. Sanchez, Carlos Camargo, Glóia Bispo, Glaucia Varandas, Kátia Ayumi Tani, Luciana de Oliveira Santos, Márcia Hisae Morita, Márcia Rosa Ribeiro, Marco Antonio Teixeira da Sivila, Reinaldo Aparecido Ruy, Renato Gimenez, Terezinha Creme e Thiago Perez Sávio. Registrou-se a ausência dos membros da Secretaria de Transportes e Trânsito, Secretaria de Obras, Secretaria de Governo, Secretaria de Meio Ambiente, Associação de Moradores de Bairro, Universidade e do Movimento Popular II.*****

O Conselheiro Plínio observou que muitos conselheiros ainda não haviam chegado, mas em respeito àqueles que ali já estavam, iniciou a reunião com o informe a respeito do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, antes de submeter as atas das reuniões anteriores à aprovação, falou que na segunda-feira da semana passada, dia 19 de outubro, ocorreu uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, e que nessa ocasião foi formado um Comitê com dezoito membros representantes do governo do Estado de São Paulo e de municípios da Região Metropolitana para coordenar as ações para a construção do referido Plano, disse que uma das grandes preocupações são os prazos previstos para a conclusão do processo de elaboração do PDUI. O Conselheiro Roberto comentou que a apresentação da diretora-presidente da Emplasa, sobre o Plano de Ação da Macrometrópole - PAM, demonstrou que existem ações já em execução e parece que o PDUI também já está pronto, avaliou ainda que a apresentação de Belo Horizonte foi interessante. O Conselheiro Gilmar disse que também ficou com a impressão de que parece haver um plano pronto e que não parece haver espaço para discussões, principalmente, não conseguiu observar onde a sociedade civil estaria participando na elaboração do PDUI. O Conselheiro Júlio falou que em sua opinião existe um analfabetismo urbano, que as pessoas não estariam aptas a entender o que são questões urbanas. O Conselheiro Plínio falou que participou de reuniões do Condemat em Suzano, sendo que em uma delas a Emplasa apresentou o plano de trabalho para a elaboração do PDUI, disse que os demais municípios do Alto Tietê também sentiram que os prazos e os espaços de participação não são suficientes, complementou o informe dizendo que manteria os conselheiros informados sobre qualquer novidade a esse respeito. Com a chegada de outros conselheiros, o Conselheiro Plínio submeteu as atas das 4ª Reunião Extraordinária e da 9ª Reunião Ordinária à aprovação; não houve nenhuma objeção ou observação e as atas foram aprovadas. O Conselheiro Plínio deu continuidade aos informes e falou sobre a palestra com alunos do EJA realizada na escola perto da comunidade Jd. Flor da Montanha, área gravada como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS A, destacou que há rumores de que essa comunidade deverá ser reassentada em outro local; falou ainda sobre a reunião da ASEC a respeito da revisão do Plano Diretor, na qual o Conselheiro Paulo Carvalho também participou. O Conselheiro Paulo Carvalho complementou o informe dizendo que outras reuniões estão sendo marcadas com os segmentos e com os setores que tem solicitado à Secretaria; falou que está previsto um encontro com a CIESP e com os feirantes. O conselheiro Gilmar sugeriu que se estabelecesse um prazo para que essas conversas ocorressem para que se pudesse concluir a minuta do projeto de lei. O Conselheiro Paulo Carvalho informou que a proposta é encerrar essas reuniões até a semana que vem. O Conselheiro Júlio solicitou esclarecimento sobre a agenda para entrega da minuta de lei à Câmara. O Conselheiro Paulo Carvalho explicou que antes da entrega da minuta à Sociedade Civil, é necessário discutir com os Secretários das outras pastas para pactuar a proposta institucional. O Conselheiro Plínio perguntou se alguém gostaria de dar algum outro informe; como não houve nenhum outro informe, o Conselheiro Plínio passou para a pauta da reunião relacionada à Portaria Ministerial 957/GC3 sobre a proteção dos aeródromos, convidando o arquiteto urbanista Gioia Bispo, da SDU, para apresentar a influência dessa normativa na cidade; após a apresentação foi aberto o debate para perguntas; O Conselheiro Plínio fez uma observação a respeito de a restrição ser mais rigorosa nessa nova



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Conforme Portaria nº 342/2014 – GP

Portaria mesmo com os avanços tecnológicos. O convidado Gioia explicou que a normativa leva em consideração a situação que pode ocorrer quando não for possível contar com os aparelhos e tudo tiver que ser feito de forma manual; o Conselheiro Gilmar falou sobre a questão de adequar o Plano Diretor a portaria e perguntou se a cartografia municipal está adequada para atender a quem precisa das informações necessárias para se analisar um projeto em conformidade com a normativa da Portaria; o Conselheiro Júlio falou que concorda com o Conselheiro Gilmar; a convidada Kátia informou que no site do DECEA é possível fazer o download do arquivo em formato “kmz”, que permite qualquer usuário de internet visualizar o desenho das pistas, dos cones de aproximação e demais elementos citados na portaria, através do programa Google Earth e lembrou que essa normativa está mais fortemente relacionada às condições de operação das aeronaves, interferindo na limitação de gabaritos de altura dos edifícios e determinados tipos de atividades que possam oferecer riscos à operação, mas que além disso, existe uma outra normativa relacionada ao ruído provocado pelas aeronaves e que também impõem restrições ao uso e ocupação do solo; o Conselheiro Plínio perguntou ao convidado Gioia se na apresentação do COMAER essa questão do ruído havia sido mencionada; o convidado Gioia respondeu que durante o seminário essa pergunta surgiu mas os representantes do COMAER disseram que o ruído não é tratado pelo DECEA e sim pela ANAC. O Conselheiro Plínio passou para a pauta seguinte sobre a revisão do Código de Edificações, e pediu para que o convidado Antônio Carlos, diretor do Departamento de Licenciamento da SDU, conduzisse a pauta; o convidado Antônio Carlos perguntou se havia algum questionamento já que na reunião anterior a minuta do projeto de lei havia sido entregue a cada um dos conselheiros; o Conselheiro Plínio lembrou que o código vigente foi aprovado em 2004, e que as discussões sobre a revisão do Código de Edificações já vem acontecendo há algum tempo; O Conselheiro Júlio disse que conversou com profissionais da área e disse a metodologia proposta para encaminhar a revisão não é adequada; disse que a discussão não deveria ser feita com base numa proposta já formatada e que o código vigente hoje está aberto a interpretações e que a lei precisa ser mais objetiva; sugeriu que as discussões fossem feitas através de destaques na lei vigente, apontando os trechos que apresentassem problemas, mostrando a proposta para melhorar os destaques, deixando claro quais são os pontos do código vigente que estão sendo alterados pela proposta de revisão, solicitou mais tempo para que os profissionais possam analisar a proposta; o convidado Antônio Carlos observou que muitas questões que estão sendo melhoradas nessa proposta de revisão foram apontadas justamente pelos próprios profissionais e construtoras; o convidado Thiago explicou que os projetos complementares já são solicitados e mesmo assim, muitas vezes, na obra não se encontram projetos complementares, nem mesmo a planta do projeto simplificado aprovado pela prefeitura, disse ainda que a presença dos técnicos em reuniões como esta do conselho são exatamente para que os pontos de dúvida ou discordância sejam levantados, salientou que fazer a leitura da lei, artigo por artigo, comparando a lei vigente com a proposta apresentada, não era a melhor forma de discussão; o convidado Reinaldo ressaltou a importância dos profissionais lerem a proposta e trazer suas dúvidas, avaliou ainda que a minuta altera basicamente questões de procedimento administrativo e que as questões técnicas não teriam grandes mudanças; o Conselheiro Júlio manifestou insatisfação com os encaminhamentos e falou que os profissionais estariam preparados para se organizar contra essa proposta caso o executivo não garanta um processo de discussão e apontou para um exemplo da falta de comunicação ao conselho sobre as mudanças pontuais no Código, como ocorreu recentemente com a publicação de Lei no Diário Oficial de 15 de outubro de 2015, a respeito da utilização de bate-estaca; o convidado Reinaldo disse que a proposta foi feita pelo legislativo, e que o executivo também foi pego de surpresa; o convidado Thiago observou que em sua opinião o artigo introduzido pela Lei seria inócuo; o Conselheiro Roberto lembrou que antes de 2004 a legislação era muito mais burocrática, que o método que foi utilizado à época da construção do Código aprovado em 2004 foi semelhante a esse, ou seja, primeiro se construiu uma proposta internamente, pelos técnicos da prefeitura, para depois conversar com os segmentos envolvidos; mas disse ainda que na discussão com os segmentos, leu-se a proposta artigo por artigo para que os destaques fossem feitos ao longo da leitura da minuta; que além disso, os técnicos tinham reuniões semanais com a Asseag; que depois das discussões com os segmentos, foram feitos os ajustes pela equipe técnica da prefeitura, e ao final desse processo discutiu-se com o prefeito, depois disso, novas adequações haviam sido executadas demandando novas discussões com os segmentos, técnicos e governo para finalizar a propostas que foi enviada à Câmara; mas que graças a esse processo, a discussão na Câmara havia sido mais tranquila; por fim o Conselheiro Roberto propôs que o IAB e o Asseag se reunissem com a participação de técnicos da prefeitura, para analisar a proposta; o convidado Thiago comentou que apesar do código anterior a 2004 ser uma “bíblia”, ele tinha coisas boas, como a questão dos tamanhos dos compartimentos; o Conselheiro Roberto destacou ainda que é muito importante solicitar a entrega dos projetos complementares, que não precisam ser juntados ao processo, mas que precisam ficar depositados na prefeitura; o Conselheiro Flavio falou que concorda com o Conselheiro Roberto; o Conselheiro Júlio questionou o porquê de aprovar o Código de



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Conforme Portaria nº 342/2014 – GP

Edificações ainda este ano; o Conselheiro Plínio falou que uma das principais razões da urgência está relacionada à fiscalização pois existem conflitos entre o que está estabelecido no Código de Edificações e o Código de Posturas; o conselheiro Eduardo perguntou se o Código de Posturas estaria sendo revisto também; o Conselheiro Plínio respondeu que há estudos de revisão do Código de Posturas mas que neste momento somente o Código de Edificações estaria sendo encaminhado; o Conselheiro Eduardo lembrou da importância da Lei de Inspeção Predial, tanto para as edificações antigas como as novas, tanto de uso residencial como de comércios e serviços, para garantir a segurança das edificações; o Conselheiro Roberto sugeriu que fossem apontadas as dificuldades que a prefeitura encontra hoje com o código vigente e o que está sendo proposto nesta minuta procurando solucionar essas questões para agilizar o debate; o Conselheiro Julio perguntou sobre a portaria do CAU sobre as atribuições exclusivas do arquiteto; o Conselheiro Roberto falou que quanto a isso ele já tinha observado que a proposta fala de forma genérica, não dizendo ART nem RRT, mas sim como “comprovante de responsabilidade técnica”; o Conselheiro Gilmar observou que a fala do Conselheiro Eduardo, a respeito do Código de Posturas, era muito pertinente e que a revisão de ambos deveria caminhar conjuntamente. O Conselheiro Júlio pediu esclarecimentos sobre o encaminhamento da Moção de Repúdio à aprovação das Leis 7.385/15 e 7.396/15, que alteraram a Lei de Zoneamento; o Conselheiro Plínio explicou que o Secretário Paulo Carvalho ainda estaria providenciando o agendamento da reunião com o governo; o Conselheiro Júlio questionou até quando se aguardaria para realização dessa reunião para dar encaminhamento à moção; o Conselheiro Plínio sugeriu que se aguarde até o final da próxima semana; os conselheiros concordaram com a sugestão e não havendo mais assuntos a serem debatidos, a reunião foi encerrada às doze horas, e eu, Kátia Ayumi Tani, _____ Gerente Técnica da Divisão Técnica de Planejamento, digitei a presente ata.*****

De acordo (Conselheiros presentes):

Cristiane Costrov da Silva Miras (Titular do SAAE) _____

Esther Angra Magalhães (Suplente da SDE) _____

Eduardo Henrique Martins (Titular da Entidade Empresarial) _____

Flávio Geradine Naressi (Titular das Entidades de Classe e Profissionais) _____

Gilmar Antônio dos Santos (Suplente do Movimento Popular I) _____

Ivalto José de Araújo (Suplente da Cooperativa Habitacional) _____

Julio Soto Saaveda (Titular da Entidade Ambiental) _____

Marinéia L. Chiovatto (Titular da SH) _____

Paulo Carvalho (Titular da SDU) _____

Plínio Soares dos Santos (Suplente da SDU) _____

Roberto dos Santos Moreno (Suplente das Entidades de Classe e Profissionais) _____